

ESTADO DO PARANÁ



PREGÃO ELETRÔNICO № 017/2018

OS ITENS/LOTES DESSA LICITAÇÃO QUE APRESENTEM SEU VALOR MÁXIMO ATÉ R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) SERÃO EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ENQUADRADAS COMO MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – MEI, CONFORME EXIGÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR N° 147, DE 07 DE AGOSTO DE 2014.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7.544/2018

OBJETO: Seleção de propostas visando o registro de preços para eventual aquisição de pão "tipo caseirinho" para a Alimentação Escolar das Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil, Centros Escola Bairro e Entidades Filantrópicas atendidas pela Secretaria Municipal da Educação, conforme especificações contidas no edital e seus anexos.

DATAS RELATIVAS AO CERTAME:

- Consultas: até 48 horas antes do recebimento das propostas;
- Impugnações: até 2 (dois) dias úteis antes do recebimento das propostas;
- Recebimento das propostas: até as 10:00 horas do dia 15/03/2018;
- Abertura e avaliação das propostas: dia 15/03/2018, a partir das 10:00 horas;
- Início da sessão pública/lances: dia 15/03/2018, As 10:15 horas;

O valor máximo total da presente licitação é de **R\$ 737.800,00** (Setecentos e trinta e sete mil e oitocentos reais).

ENDEREÇOS:

PREGOEIRO: Dirlei Clóvis Schulz

Fone: (45) 3521-1377 – dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br – dirlei.dcs@gmail.com

Horário de expediente: das 08 às 12h00 e 14 às 17h00. Praça Getulio Vargas, nº 280 – Foz do Iguaçu – PR. **Acesso identificado no link** – <u>www.licitacoes-e.com.br</u>

ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL:

Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

- a) Anexo I- Termo de Referencia;
- b) Anexo II Objeto e demais aspectos relacionados
- c) Anexo III Das Exigências Da Proposta Comercial
- d) Anexo IV Minuta de ata de registro de preços.
- e) Modelo I Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da CF/88 (não emprego de menores);
- f) Modelo II Declaração de cumprimento do art. 3§ da Lei Comp. 123/06;
- g) Modelo III Modelo de declaração de independência de proposta
- h) Modelo IV Modelo de declaração de idoneidade

PREÂMBULO



ESTADO DO PARANÁ



O Município de Foz do Iguaçu - PR, com sede na Praça Getulio Vargas nº 260 - CEP 85851-340 torna público para conhecimento de todos os interessados, que no dia e hora indicadas, será realizada licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **MENOR PREÇO**, que será regido pela Lei Federal N.º 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 19.302 de 04 de dezembro de 2009, Decreto Municipal nº 18.718 de 26 de fevereiro de 2009, com aplicação subsidiária da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, em especial, da Lei Complementar nº 147/2014 com as alterações posteriores, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases;
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário(a) da Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, denominado Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Órgão Provedor do Sistema, através do *site* www.licitacoes-e.com.br.
- 1.3. Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal quanto à interpretação dos termos deste Edital poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, preferencialmente pelo e-mail <u>dirlei.dcs@pmfi.pr.gov.br</u>, ou através de correspondência dirigida ao endereço constante no preâmbulo do Edital.
- 1.4. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, devendo, neste caso, protocolar pedido até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, devendo, o(a) Pregoeiro(a) julgar e responder à impugnação em até 24 (vinte e quatro) horas.
- 1.5. Por determinação da lei Complementar nº 147/2014, que alterou a Lei Complementar nº 123/2006, itens/lotes que apresentem seu valor máximo até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), somente as microempresas e as empresas de pequeno porte poderão concorrer neste Pregão Eletrônico.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar desta Licitação qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja especializada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.
- 2.3. Os itens/lotes que apresentem seu valor máximo até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão exclusivos à participação de empresas enquadradas como Microempresas ME e Empresas de Pequeno Porte EPP, inclusive Microempreendedores Individuais MEI, conforme o disposto na Lei Complementar nº 147/2014 alterações posteriores.



ESTADO DO PARANÁ



- 2.2. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou contratar com a Administração Pública ou impedida legalmente.
- 2.3. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
 - II. Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;
 - III. Empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 2.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no modelo II para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar o seu regime de tributação para efeitos de tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar 123/2006.
- 2.5. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;
- 2.6. A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

3. DO OBJETO

3.1. Consta do **Anexo I** deste Edital a especificação completa do objeto:

4. DA CONDUÇÃO DO CERTAME PELO MUNICÍPIO

- 4.1. O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - Recebimento das propostas de preços e da documentação de habilitação;
 - II A abertura das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos licitantes;
 - III A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
 - IV A adjudicação da proposta de menor preço;
 - V A elaboração de ata;
 - VI A condução dos trabalhos da equipe de apoio;
 - VII Recebimento, exame e decisão sobre recursos;
 - VIII Encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação.



ESTADO DO PARANÁ



5. DOS PROCEDIMENTOS NO PORTAL ELETRÔNICO

- 5.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtida através do site www.licitacoes-e.com.br
- 5.2. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subseqüente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário e limite estabelecidos. Obs. a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br.
- 5.3. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 5.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 5.6. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 6.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas. Previamente à etapa de abertura de propostas, o licitante deverá certificar-se de que sua proposta foi inserida corretamente no sistema, cuja visualização possa ser realizada tanto pelos demais licitantes como pelo(a) Pregoeiro(a). A não visualização pelo(a) Pregoeiro(a), independentemente da razão, será considerada como não inserida, acarretando na desclassificação do licitante.
- 6.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 6.3. O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.



100 ANOS

ESTADO DO PARANÁ

- 6.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.5. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema <u>não identificará</u> o autor dos lances aos demais participantes.
- 6.6. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 6.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica (*e-mail*) divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 6.8. A etapa inicial de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra, ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 0 (zero) a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo, em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.
- 6.9. Devido à imprevisão de tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.
- 6.10. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 6.11. O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 6.12. Quando for constatado o empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o(a) Pregoeiro(a) aplicará os critérios para o desempate em favor da ME/EPP.
- 6.13. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

7. DO JULGAMENTO

7.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.



100 ANOS

ESTADO DO PARANÁ

- 7.2. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da melhor proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 7.3. Se a melhor proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subseqüente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 7.4. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 8.2. A intenção de interpor recurso na licitação deverá ser promovida através do Sistema Eletrônico, após a declaração do vencedor pelo Pregoeiro. A aceitação da intenção de recurso será feita pelo Sistema Eletrônico nas 24 (vinte e quatro) horas posteriores ao ato de declaração do vencedor, inclusive para os casos de empresas desclassificadas antes da fase de disputa.
- 8.3. Manifestada a intenção de interpor recurso, o recorrente terá o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para apresentação de suas razões, ficando facultado aos demais licitantes a apresentação das contra-razões do recurso, no mesmo prazo de 3 (três) dias úteis, cuja contagem iniciar-se-á a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vistas ao processo.
- 8.4. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente. A falta de manifestação imediata e motivada na forma estabelecida neste capítulo importará a preclusão do recurso e consequente adjudicação do objeto do certame aos licitantes vencedores.
- 8.5. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 8.6. Os recursos contra decisões do(a) Pregoeiro(a) não terão efeito suspensivo.
- 8.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.8. O Pregoeiro deverá encaminhar o recurso e suas contra-razões à Autoridade Superior para decisão. A adjudicação do item objeto da licitação para os quais existirem recursos só poderá ser efetuada pela Autoridade Superior.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:



ESTADO DO PARANÁ

- 9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.
- 9.2. Os preços registrados poderão ser suspensos ou cancelados nos seguintes casos:
 - 9.2.1. Pela Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, quando for por este julgado que o fornecedor esteja definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços ou pela não observância das normas legais previstas em contrato;
 - 9.2.2. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, demonstrar que está definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação e devidamente aceita pela Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, nos termos legais;
 - 9.2.3. Persistência de infrações após a aplicação das multas previstas na cláusula décima terceira;
 - 9.2.4. Manifesta impossibilidade por parte da Contratada de cumprir as obrigações assumidas pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados;
 - 9.2.5. Interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração:
 - 9.2.6. Demais hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como do edital;
 - 9.2.7. Liquidação judicial ou extrajudicial ou falência da Contratada;
 - 9.2.8. Inobservância da Ata de Registro de Preços unilateralmente pela Administração acarretará as seguintes conseqüências, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como desta Ata;
 - 9.2.9. Assunção imediata do objeto da Ata de Registro de Preços por ato próprio da Administração, lavrando-se termo circunstanciado;
 - 9.2.10. Ocupação dos equipamentos, materiais e eventuais veículos utilizados na execução do objeto da Ata de Registro de Preços, necessários à sua continuidade, os quais serão devolvidos posteriormente. Não sendo devolvidos, darão causa a ressarcimento à Contratada mediante sua devida avaliação;
- 9.3. Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos, reclassificando-se os precos cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei no 8.666/93;





ESTADO DO PARANÁ

- 9.4. A(s) adjudicatária(s) deverá(ão) assinar a Ata de Registro de Preços (modelo constante do Anexo IV deste Edital), dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação enviada pela Secretaria solicitante
- 9.5. O prazo concedido para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;
- 9.6. As unidades integrantes da Administração Municipal, interessadas na utilização da Ata de Registro de Preços originada desta licitação, deverão requisitar da(s) licitante(s) vencedor(as) do certame os produtos registrados, obedecida a ordem de classificação para cada item, mediante a emissão de Nota de Empenho, convocando-o para a sua aceitação;
- 9.7. É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da proposta de preços (60 dias), contado a partir da data limite para a apresentação das propostas, indicada no preâmbulo do presente Edital;
- 9.8. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamento de preços, em face da superveniência de normas Federais aplicáveis a espécie;
- 9.9. O disposto no subitem anterior aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alteração das alíquotas dos já existentes;
- 9.10. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador (Diretoria de Compras e Suprimentos) desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos;
- 9.11. O saldo do registro de preços poderá ser consultado através do link: https://www2.pmfi.pr.gov.br/giig/portais/portaldatransparencia
- 9.12. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
- 9.13. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência se constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições previstas na Ata de Registro de Preços.
- 9.14. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.
- 9.1 A Diretoria de Compras e Suprimentos, poderá a qualquer momento reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado



ESTADO DO PARANÁ



será válido a partir da publicação no Órgão Oficial do Município de Foz do Iguaçu-PR.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

- 10.1. Encerrada a etapa de recursos o(a) Pregoeiro(a) deverá emitir o relatório do certame, indicando as ocorrências desde a sua abertura até o seu término, encaminhando-o à autoridade superior para decisão final.
- 10.2. A autoridade superior decidirá sobre a homologação do certame, retornando o relatório ao Pregoeiro(a), para continuidade do processo, na forma do edital.
- 10.3. Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Foz do Iguaçu convocará o licitante vencedor para assinatura de instrumento contratual ou retirada da nota de empenho.
- 10.4. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o instrumento contratual. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Foz do Iguaçu.
- 10.5. A licitante que injustificadamente não assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido no item anterior ficará sujeita a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato e/ou correspondente à nota de empenho.
- 10.6. A recusa injustificada da licitante vencedora em aceitar ou retirar o Instrumento Contratual ou a Nota de Empenho, após 05 (cinco) dias da notificação, implicará a imposição das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

11. DAS CONTRATAÇÕES E SANÇÕES.

- 11.1. As contratações se darão através da formalização de Termo de Contrato.
- 11.2. O Instrumento Contratual ou as Notas de Empenho deverão ser emitidas contendo:
 - I O objeto e seus elementos característicos, inclusive quantidades;
 - II A forma e o prazo de fornecimento de bens ou prestação dos serviços;
 - III O preço unitário;
 - IV Dotação orçamentária e fonte de recursos;
 - V A indicação do respectivo processo licitatório.
- 11.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas;
- 11.4. No termo de contrato de empreitada, serão cominadas as seguintes penalidades, sem prejuízo da ação civil ou criminal que couber:
 - 11.4.1. Advertência;
 - 11.4.2. *Multa:*



100 ANOS

ESTADO DO PARANÁ

- 11.4.2.1. Multa de 1% (um por cento) do valor contratual quando, por ação, omissão ou negligência, a contratada infringir qualquer das demais obrigações contratuais;
- 11.4.2.2. Multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor contratual por dia consecutivo que exceder à data prevista para inicio do(s) serviço(s);
- 11.4.2.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 2% sobre o valor total do Contrato limitado a 10% do valor contratual.
- 11.4.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização do CONTRATANTE, devendo reassumir a execução do(s) serviço(s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- 11.5. Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer a suspensão, em conformidade com a gravidade da infração cometida pela CONTRATADA, observando-se o disposto no artigo 78, III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 11.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 11.7. A aplicação de multa, a ser determinada pelo **Município**, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02 e alterações.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. O Município de Foz do Iguaçu poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 12.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.





ESTADO DO PARANÁ

- 12.3. É facultado ao Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação e/ou inabilitação.
- 12.4. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 12.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Órgão Oficial do Município.
- 12.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a).
- A participação do(a) licitante neste Pregão implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- 12.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
- 12.10.Quaisquer esclarecimentos serão formalizados por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital.
- 12.11. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) e, dependendo do caso, pela autoridade competente, nos termos da legislação pertinente, Para dirimir toda e qualquer dúvida e/ou divergência oriunda do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Foz do Iguaçu, 02 de março de 2018.

Ney Patrício da Costa Secretário Municipal da Administração e Gestão de Pessoas



ESTADO DO PARANÁ



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

item	quant.	unid.	especificações	vlr unit.	total
1	86.800	Kg.	Pão, tipo caseirinho, unidade de 50g após assado. Produto obtido pela cocção, em condições técnicas adequadas, massa preparada com farinha de trigo enriquecida especial, com fermento biológico, água, sal e outros ingredientes que não descaracterizem o produto e os aditivos permitidos pela legislação. Poderá ter ou não, adição de cenoura, abóbora ou batata doce in natura. Deverá ser fresco, macio, isento de impurezas e corpos estranhos, feito no dia da entrega e/ ou no dia anterior. Não deve ser embalado quente. Embalagem de polietileno atóxico transparente, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. Conforme prevê a legislação Cada pacote deverá conter 1 kg com 20 unidades de pães.	8,50	737.800,00

- O vencedor deverá apresentar amostras, para degustação e avaliação das 1. características sensoriais, e ou para eventuais testes de laboratório, no prazo máximo de 48 horas após pregão, conforme Resolução nº 002 de 10 de janeiro de 2002 - FNDE.
- 2. Apresentar ficha técnica com laudo microbiológico de laboratório qualificado e/ ou laudo de inspeção sanitária do produto conforme Portaria nº 1428 de 26 de novembro de 1993 do Ministério da Saúde e Resolução nº 38 de 23/08/2004 do FNDE como forma de garantir a qualidade dos produtos.
- 3. A rotulagem deverá estar de acordo com a especificação do produto contendo informações nutricionais, data de fabricação e validade conforme Resolução - RDC nº 40, de 21 de março de 2001.
- A embalagem deverá ser resistente, atóxica. Cada pacote deverá conter 1 kg com 4. 20 unidades de pães de 50 g cada.
- O produto deverá ser transportado em veículo fechado devidamente higienizado 5. conforme as exigências da legislação vigente, e acondicionado em caixas apropriadas, para manter a qualidade do mesmo.



100 ANOS

ESTADO DO PARANÁ

- 6. O produto será recebido pelos responsáveis da cozinha que verificarão as condições de qualidade e quantidade e assinarão a guia de entrega.
- 7. Em caso de irregularidade o produto será devolvido e deverá ser reposto em no máximo 24h.
- 8. A entrega do produto deverá seguir o cronograma (ANEXO 01). A planilha da quantidade total e dias de entrega do produto serão enviados via email, semanalmente, pela divisão de alimentação escolar para o fornecedor que deverá fazer uma guia conforme as quantidades desta planilha para deixar nas unidades escolares, devidamente assinada pelo entregador.
- 9. Em outra planilha com o nome das unidades escolares por rota, o entregador deverá coletar a assinatura da cozinheira que recebe o produto. Esta planilha deverá ser entregue na secretaria da educação juntamente com a nota fiscal.
- As quantidades e os dias de entrega poderão sofrer alterações, devido a feriados e ajustes no planejamento do cardápio. O fornecedor será comunicado com antecedência.



ESTADO DO PARANÁ



ANEXO II - DO OBJETO E DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS.

1. OBJETO

1.1. Seleção de propostas visando o registro de preços para eventual aquisição de pão "tipo caseirinho" para a Alimentação Escolar das Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil, Centros Escola Bairro e Entidades Filantrópicas atendidas pela Secretaria Municipal da Educação, de acordo com as especificações constantes do edital e seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. O PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar tem por objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.
- **2.2.** A necessidade da aquisição do presente objeto é devido a diminuição da produção de pães do Núcleo de Nutrição e Alimentos, visando reduzir custos;

3. CRONOGRAMA E LOCAIS DE ENTREGAS DOS PRODUTOS.

3.1. O produto deverá ser entregue conforme planilha (ou conforme necessidade) pelo fornecedor, diretamente nas Escolas, Centros de Educação Infantil, Centros Escola Bairro e Entidades Filantrópicas segundo cronograma de entrega. A planilha da quantidade e dias de entrega dos produtos perecíveis será enviada via e-mail, pela divisão de Alimentação Escolar, para os fornecedores, que deverão fazer uma guia conforme as quantidades da planilha e deixar nos locais de entrega.

Dias de Entrega	Quantidade semanal / KG	Semanas	Total / KG
Segunda feira	580	40	23200
Terça feira	485	40	19400
Quarta feira	525	40	21000
Quinta feira	580	40	23200
Total semana	2.160 kg	Total ano	86.800 kg

4. ROTAS DE DISTRIBUIÇÃO

4.1. ENDEREÇO DAS ESCOLAS

Região Três lagoas "BR"

Nº	ESCOLA	ENDEREÇO	BAIRRO	Telefone
1	APAE Profissionalizante	Rua Havaí, 107	Jardim Itamarati	3573-1617
2	Carlos Gomes	Alameda Pontal, 148	Campos do Iguaçu	3521-9518
3	Ceres de Ferrante	Rua Principal s/n	Jd. Três Fronteiras	3901-3351





ESTADO DO PARANÁ

11 12 Nº 1	Prof.Benedito Cordeiro ESCOLA ACDD	Região Vila "C" ENDEREÇO Rua Mandaguari, 18	BAIRRO Jd Santa Rosa	Telefone 3524-1388
12		Região Vila "C"		Telefone
	Prof.Benedito Cordeiro			
	Prof.Benedito Cordeiro	i rad i aparao,		
11		Rua Tapuras,	Jardim Tarobá	3521-9555
	Escola Alternativa	Rua Rio de Janeiro, 822	Vila Maracanã	3525-9814
10	Osvaldo Cruz	Rua Ocuí, 321	Lot. João Paulo II	3901-9731
9		Rua Espirito Santo, 247	Vila Maltide	3901-3384
8	-	Rua Pompeu de Toledo Rua José Carlos Pace,	Morumbi I	3901-3327 3523-8362
6 7	Frederico Engel Irio Manganelli	Rua Enseada, 41	Morumbi I	3521-9530
	Érico Verissimo	Rua Quintino Bocaiúva, 378	Jardim São Paulo Jardim Copacabana	3901-3359
4	,	Av. Mario Filho,1252	Morumbi II	3901-3350
	Duque de Caxias	Av. Mario Filho, 2739	Morumbi III	3901-3420
2		Rua Pacembu, 2280	Morumbi III	3901-3352
1	Antônio Gonçalves Dias	Rua Purus, 234	Campos do Iguaçu	3521-9510
Nº	ESCOLA	ENDEREÇO	BAIRRO	Telefone
N 10	F0001 A	Região São Francisco	DAIDDC	Talati
10	Vinicius de Moraes	Rua das Rosas, 325	Jd. Das Flores	3901-3393
9	Da Vila Shalon	Av. General Meira	Vila Shalon	3901-3322
8	Prof. ^a Lúcia M. Pena Nieradka	Rua Major Acylino de Castro	Vila Yolanda	3901-3391
7	U	Rua Orquídeas, s/n	Vila Adriana	3901-9552
6	Jardim Naipi	Rua Vicente Celestino	Jardim Naipi	3523-6755
5		Rua Feldspato, 790	Pq. Ouro Verde I	3901-3368
4	- mgaza - caraca	Rua Principal, s/n	Carimã	3901-9849
3	Anita Garibaldi	Avenida das Cataratas,	Fundo Posto Carimã	
	Adele Zanotto Scalco	Rua Javier Koelb, 1923	Jd. Boa Esperança	3901-9595
1	Acácio Pedroso	Rua Traíra, s/n	Profilurb I	3901-3360
No	ESCOLA	ENDEREÇO	BAIRRO	Telefone
<u> </u>	I=	Região Porto Meira		
8	São José	Av. Brasil,1590	Centro	3574-1043
7	Santa Rita de Cássia	Rua Anita Malfatti, s/n	Vila Pérola	3521-9567
	Prof.ª Elenice Milhorança	Rua Di Cavalcanti, 523	Jardim América	3901-3389
	Prof. Parigot de Souza	Rua Benjamin Constan, 493	Centro	3901-3309
4	Transfer Congression Communication	Rua João Rouver, 259	Centro	3574-4225
3		Rua Ariano Suassuna, 610	Jardim Central	3522-1398
	APASFI	Rua Berlamindo Mendonça, 621	Centro	3523-4880
1	APAE -Melvin Jones	Av. Paraná,1536	Jardim Polo Centro	3573-6229
Nº	ESCOLA	ENDEREÇO	BAIRRO	Telefone
		Região Central		
12	Eleodoro Ébano Pereira	Rua Victório Basso	Lote Grande	3901-3321
11	Três Bandeiras	Rua João Camara Filho, 320	Três Bandeiras	3901-3411
10	Papa João Paulo I	Rua Humaitá, 16	Jardim Itamarati	3521-9539
9	Olímpio Rafagnin	Rua Luz Marina, 32	Pq. Imperatriz	3901-9869
8	Olavo Bilac	Rua Irio Manganelli, s/n	Gleba Guarani	3901-3325
7	João da Costa Viana	Rua João Rliciere Maran, 388	Três Lagoas	3901-3418
6		Rua Oscar Alfredo Franco, 65	Jd. Santa Rita	3901-3406
	Elói Lohmann	RuaCarlos Matia Becker, C 10	Jd. Tucuruí	3901-3404
5	Dr. Dirceu Lopes	Rua das Águias, 185	Portal da Foz	3901-3369





ESTADO DO PARANÁ

		Rua Guaraciaba, esq c/			
3	Altair Ferrais da Silva "Zizo"	Pitanga,38	Jardim Ipê	3901-3400	
4	Arnaldo Isidoro de Lima	Rua D s/n	Vila C	3521-9596	
		Rua Guaraciaba,esq			
5	Belvedere	c/Apucarana	Jardim Belvedere	3901-3402	
6	Cândido Portinari	Rua Gaspar,499	Jardim Petropólis	3901-3403	
7	Gabriela Mistral	Alameda Palmas, s/n	Jardim Lancaster	3901-3405	
		Rua Maria Madalena, esq.			
8	Jorge Amado	Marilei Machado	Cidade Nova	3901-3407	
9	Monteiro Lobato	Rua Angela Aparecida ndrade	Porto Belo	3901-3408	
10	Najla Barakat	Rua Realeza, S/N	Vila Justus	3901-3324	
11	Padre Luigi Salvucci	Rua O s/n	Vila C Nova	3901-3409	
12	Ponte da Amizade	Av. Tancredo Neves, 3159	Jardim Jupira	3901-3387	
13	Prof. ^a Josinete Holler doSantos	Av. 04	Vila A	3901-3390	
14	Prof. ^a Rosália de Amorim Silva	Rua Cacique, s/n	Jardim Canadá	3521-9564	
15	Prof. ^a Suzana Moraes Balen	Rua Angela Apda. Andrade	Jardim Califórnia	3901-3410	
	Região Interior				
Nº	ESCOLA	ENDEREÇO	BAIRRO	Telefone	
1	Brigadeiro Antônio Sampaio	Rua Água Branca	Alto da Boa Vista	9997-2525	

4.2. ENDEREÇOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Região Centro

Nº	CMEI	ENDEREÇO	BAIRRO	TELEFONE
1	Ramona Dotto	R. Emilio de Menezes, 1689	Jardim América	3901-3311
2	APMI	R. Alm. Barroso frente CAESP	Centro	3253-5667
3	Mamãe Carolina	Rua Mato Grosso, 632	Vila Macaranã	3574-4151

Região Br

Nº	CMEI	ENDEREÇO	BAIRRO	TELEFONE
1	Claudio S. Lourenço	R. Pedro Franscisco Keru, 50	Sol De Maio	3901-3293
2	João De Aquino	R. Oscar A. Franco, 27	Santa Rita	3901-3299
3	Pedro Jacob Lakus	R. Francisco Velasco, 285	Três Bandeiras	3901-3315
4	Três Lagoas	R. Camorin s/ nº	Três Lagoas	3901-3316
5	Victório Basso	R. Engenheiro Novo, 299	Parque Imperatriz	3901-3318

Região Vila C

Nº	CMEI	ENDEREÇO	BAIRRO	TELEFONE
1	Amor Perfeito	R. Zulma Frasson s/nº	Cidade Nova II	3901-3287
2	Amina Barakat	R. Planalto, s/nº	Jd Itaipu	3577-6033
3	Antonio Damião Fer. Neto	Rua Francisco de Sá, 70	Curitibano II	3901-3370
4	Carlos Gauto	R. João Alfredo Muller, 279	São Sebastião	3901-3191
5	Celeste Sottomaior	Travessa Antonina s/nº	Jd.Paraná	3901-3292
6	Dom Olívio Fazza	Av. Tancredo Neves 4203	Porto Belo	3901-3286
7	Flor de Acácia	R. Angela Ap. Andrade, 945	Jardim Califórnia	3901-3295
8	Flor de Liz	R. "O", 655	Vila C Nova	3901-3296
9	José bento Vidal	Rua Vola Velha c/n	Vila "C" Velha	3901-3511



5 Julia Ferrais

6 Maricota Basso

8 Pingo De Gente

10 N. Senhora da Conceição

9 São Francisco

11 Vila Esmeralda

7 Osvaldo Goch

Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu



3901-3303

3901-3303

3901-3307

3901-3280

3901-3300

3578-5411

3901-3445

ESTADO DO PARANÁ

10	Prof ^a Nilva de Jesus -AKLP	Rua E	Belo Horizonte 594	Jardim Karla	3901-3310
		Re	gião Porto Meira		
Nº	CMEI	ENDE	EREÇO	BAIRRO	TELEFONE
1	Ariano Suassuna	Rua (Golfinho, s/nº	Pq Ouro Verde	9973-0826
2	Elfrida Keller	R. Pa	npoulas s/nº	Vila Adriana I	3901-3294
3	Mamãe Agenora	R. Ar	enque, 110	Ouro Verde	3901-3302
4	Novo Horizonte	R. Lu	iz Carlos Pinheiro, 434	Novo Horizonte	3901-3306
5	5 Ozires Santos R.		nor Perfeito, 417	Porto Meira	3901-3306
6	6 Ouro Verde R.		gata, 367	Ouro Verde	3901-3308
7	Pré Mãe Maria Av		orenitas, 2047	Vila Padre Monti	3529-7133
8	Rosa Cirilo de Castro	R. Pir	rapitinga, 352	Profilurb li	3901-3313
9	Soldadinho De Chumbo R.		agre s/nº	Profilurb I	3901-3314
		Reg	ião São Francisco		
Nº	CMEI	E	NDEREÇO	BAIRRO	TELEFONE
1	Barbara J. De Mattos		R. Cisne, 1510	Morumbi II	3901-3288
2	Campos Iguaçu		R. Capibaribe, 1695	Campos Iguaçu	3901-3290
3	, , ,		R. Pompeu Toledo, s/nº	Morumbi I	3901-3297
4	Jardim Lindóia	R	R. Foz Do Areia, 233	Jd. Lindóia	3901-3298

4.3. ENDEREÇOS DOS CENTROS ESCOLA BAIRRO (CENTROS DE CONVIVÊNCIA)

R. Airton Ramos, 521

R. Ronie Peterson, 120

Av.Rep. Argentina, 6445

Rua Otávio Portes, 156

R. Potiguaras, 2518

Portal Foz

Jd.São Paulo

Vila Borges

Cohapar III

Morumbi II

Parque Morumbi II

Vila Esmeralda

R. Saracura, 202

R. Canindé s/nº

	Centro Escola Bairro					
Nº	Centro Escola Bairro	ENDEREÇO	BAIRRO	Telefone		
1	Arnaldo Isidoro de Lima	Rua D nº 520	Vila C Velha	3901-3510		
2	Bubas	Rua Golfinho nº 460	LoteamentoBuba	3901-3289		
		Rua Julio Brecher s/nº prox Av.				
3	Clovis Cunha Viana	Gramado próx. João Adão da Silva	Lagoa Dourada	3901-3406		
		Rua Pompeu de Toledo s/nº Fundos				
4	Darci zanatta	Escola Irio Manganeli	Morumbi I	3901-3323		
5	Érico Veríssimo	Rua Jorge Sanwais nº 4375	Jd. São Paulo	3525-1876		
		Rua Mundaú nº 400 Próximo a				
6	Leonel Brizola	escola João Da Costa Viana.	Jd. Três Lagoas	3901-3270		

DOS PREÇOS MÁXIMOS, ENTREGA E QUANTIDADES 5.

O valor máximo total da presente licitação é de R\$ 737.800,00 (Setecentos e trinta e 5.1. sete mil e oitocentos reais).





ESTADO DO PARANÁ

5.2. Todos os custos/despesas oriundos do objeto da presente licitação serão suportados pelo licitante vencedor.

6. DO RECEBIMENTO

- **6.1.** O bem ou prestação de serviço deverá ser executado em conformidade com a Nota de Empenho e os termos do edital.
- **6.2.** A entrega do bem ou da prestação do serviço deverá ser efetuada sempre que solicitada, e não serão tolerados atrasos sem justificativa prévia.
- **6.3.** Todos os bens fornecidos ou serviços prestados serão conferidos no momento da entrega, e se a quantidade e/ou qualidade dos mesmos não corresponder às especificações exigidas, a remessa apresentada será devolvida para substituição ou adequações, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 6.4. O fornecedor deverá apresentar declaração de substituição do produto em no máximo 24 horas, caso o mesmo seja rejeitado no momento da entrega ou durante a manipulação ou cocção.
- **6.5.** O recebimento definitivo do objeto deste Edital, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade, dos produtos fornecidos.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após cada entrega do objeto licitado, mediante apresentação da Nota Fiscal / Fatura, devidamente atestada (certificada) pela órgão responsável, as despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias:

	Dotação	Recursos
1205123060	060021163390301107	MDE/Salário Educação – Exercício corrente
1205123060	060021163390301134	PMFI/FNDE – Merenda Escolar

- 7.2. A contratada ficará obrigada a repassar para a contratante, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços, decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações na legislação pertinente;
- 7.3. O pagamento será efetuado após a comprovação de que o fornecedor/prestador de serviços se encontra em dia com o INSS e FGTS, mediante consulta "on-line" ao sistema de controle da Caixa Econômica Federal e Instituto Nacional do Seguro Social.
- **7.4.** Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.



ESTADO DO PARANÁ



ANEXO III

DAS EXIGÊNCIAS DA PROPOSTA COMERCIAL

- 1.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- **1.2.** A proposta de preços inicial deverá ser digitada no site <u>www.licitacoes-e.com.br</u>, para análise e terá que conter:
 - Preço total do item, grafado em algarismos, com até duas casas decimais após á vírgula; em moeda brasileira corrente;
 - II- Marca do item cotado, a não especificação da marca acarretará na desclassificação do licitante.
 - III- Conter as condições de pagamento em conformidade com o edital, a não especificação significa que a licitante concorda com os termos do edital;
 - IV- Prazo de validade da proposta: 60 dias, a n\u00e3o especifica\u00e7\u00e3o significa que a licitante concorda com os termos do edital;
 - V- Será desclassificada a proposta que estiver elaborada em desacordo com os termos deste edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexegüíveis, preços simbólicos ou irrisórios.
 - VI- É vedada a identificação do licitante antes do término da fase competitiva.
- **1.3.** Não será aceita cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.
- **1.4.** Os tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais e parafiscais que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do objeto da licitação, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária.
- 1.5. O licitante declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os custos, emolumentos, encargos, inclusive sociais, contribuições fiscais e parafiscais, bem como os tributos incidentes sobre a compra dos materiais, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação.

2. DA HABILITAÇÃO

- **2.1.** São documentos obrigatórios à habilitação neste certame:
- I Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais quanto aos Tributos e Contribuições Federais e também quanto à Dívida Ativa da União;



ESTADO DO PARANÁ



- II Certidão Negativa de Débito CND referente ao FGTS;
- III Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- IV Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- V Prova de regularidade com a Fazenda Municipal.
- VI Licença sanitária da proponente;
- VII Número do registro dos gêneros alimentícios no Ministério da Agricultura ou órgão competente; no que couber;
- VIII Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal conforme modelo I
- IX Declaração de independência de proposta modelo III
- X Declaração de idoneidade modelo IV
- XI Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação;
- XII Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida no domicílio da pessoa jurídica;
- XIII Tratando-se de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista o tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar a Certidão expedida pela Junta Comercial, conforme consta no art. 8º da Instrução Normativa DNRC nº 103/2007.
- XIV Declaração de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006. conforme modelo II – assinada pelo contador
- XV Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social (última alteração ou a consolidação)
 em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no
 caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus
 administradores;

3. ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO AO (À) PREGOEIRO (A)

3.1. Os documentos deverão chegar ao endereço constante do preâmbulo deste edital, sob pena de desclassificação da proposta, além das demais penalidades previstas neste edital, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis posteriores à data do encerramento da Sessão Pública do Pregão, independente de comunicação do Pregoeiro.



100 ANOS

ESTADO DO PARANÁ

3.2. O (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar a documentação da empresa classificada em segundo e terceiro lugares, e assim sucessivamente, para garantir a aquisição do objeto dentro das exigências do Edital. As empresas convocadas que não apresentarem a documentação estarão sujeitas às penalidades previstas neste Edital.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOCUMENTAÇÃO

- **4.1.** Caso as Certidões não provem a regularidade do licitante, estes estarão imediatamente inabilitados no presente processo licitatório, além de sofrerem as penalidades previstas no edital e na legislação pertinente.
- **4.2.** Os documentos referidos nos itens 2 e 3 deste Anexo poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou publicação em órgão da imprensa oficial. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, fica condicionada à verificação de sua validade sendo dispensada sua autenticação.
- **4.3.** A documentação de que trata os itens 2 e 3 deste Anexo deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura das propostas no preâmbulo deste Edital.
- **4.4.** Caso os documentos referidos nos itens 2 e 3 deste Anexo não mencionem o prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua emissão.
- 4.5. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- **4.6.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- **4.7.** Havendo alguma restrição nos documentos de regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis posteriores ao prazo estipulado no item 4.1, para a regularização da documentação, sob pena de decair do direito à contratação;
- 4.8. Ultrapassado o prazo previsto no subitem 4.7, a microempresa ou empresa de pequeno porte decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista na Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar o licitante remanescente, na ordem de classificação para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.







ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREG	ÃO ELET	RÔNICO Nº	//2018		
PROC	ESSO AD	OMINISTRA ^T	ΓΙ VO Nº /2018		
e Supr público Vargas empres inscrita	rimentos interno, i , 260 - cer sa: no CNPJ	da Prefeitur nscrita no Cl ntro, neste at _, foram reg sob nº	do ano de dois mil e dezesseis, na E a Municipal de Foz do Iguaçu, pesson PJ sob no 76.206.606/0001-40, com co representada pelo Representante e gistrados nesta Ata as quantidade persona jurídicamento, resultantes do PREGÃO de o REGISTRO DE P	soa jurídic sede à Pi do Comp es e os ca de dire	ca de direito raça Getulio prador, Sra. preços da eito privado, RÔNICO Nº
ITENS	abaixo rela	acionados:		com os	preços dos
item	quant.	unidade	descrição	unit.	total
Item	quant.	umaace	uescrição	uiiit.	totai
/: Termo Preços	2018, ass de Refe s, indepen ade desta	sim como to rência e na ndentemente	as constantes do PROCESSO A das as obrigações e condições des proposta de preços, integram esta de transcrição. gistro de Preços é de 12 (doze) mese	scritas no Ata de F	Edital, no Registro de
			Foz do Iguaçu, .	de	de 2018.
	Januara	stanta da Os	Emp	resa	

Representante do Comprador Portaria nº Empresa Nome do representante CPF do representante



Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

Departamento de Compras

Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu





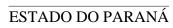
MODELO I

MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, XXXIII DA CF. NÃO EMPREGO DE MENORES

Pregão Eletrônico nº/2018	
A empresa, inscrita no CNPJ nº, p intermédio de seu representante legal o Sr, portador da carteira didentidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto r inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 2 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigos ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo r condição de aprendiz a partir de 14 anos.	de no 27 so
Por ser verdade, firmamos a present	te.
Local, de 201	18.
Nome e carimbo	

do representante legal da empresa







MODELO II

MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA L.C Nº 123/06

Depa	itura Municipal de Foz rtamento de Compras ão Eletrônico nº/2						
Sr(a) no condi	A empresa intermédio e d ção de Microempresa ei Complementar nº. 12	o CPF no _ (ME) ou emp	oresa de p	portador(a) , d	da Carteira eclara, que s	de se er	Identidade nquadra na
				Ро	r ser verdade presente.	, firm	namos a
				Local,	de		2018.
			ne e carin	nbo do I da empresa	_		







MODELO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE PROPOSTA

Pelo presente instrumento, [NOME EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO], com sede na [endereço completo, incluindo CEP], neste ato representada, nos termos de seu [Contrato/Estatuto Social, por seu(s) Diretores/procuradores] Sr(s)
[local e data]
(assinatura do(s) representante(s) legal(ais) da pessoa jurídica) Cargo: []

Apresentar em papel timbrado da empresa







MODELO IV

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE (documento obrigatório)

PROPONENTE:						
Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO N.º /2018, Processo Administrativo n.º /2018, instaurado pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas do Governo.						
Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.						
de 2018.						
Nome: RG/CPF Cargo:						